



Descodificador por DIOGO CAVALEIRO

O bónus real que tramou Zeinal

Zeinal Bava tentou, **sem sucesso**, arquivar processo no Brasil sobre **irregularidades em remunerações** e em reuniões da Oi

1 Quais as suspeitas do regulador brasileiro?

O regulador brasileiro CVM (Comissão de Valores Mobiliários) analisou o cumprimento dos deveres dos administradores no aumento de capital que a operadora Oi fez em 2013, um passo essencial para a fusão com a então Portugal Telecom (PT). Zeinal Bava era o líder executivo da Oi. Segundo a CVM, houve reuniões da administração e da diretoria (órgão executivo) para discutir a operação sem que lá estivessem membros do conselho fiscal, como era obrigatório. Além disso, Bava recebeu um bónus de 40 milhões de reais, €8,8 milhões ao câmbio atual, sem que os órgãos competentes se pronunciassem (e foi ele a dar a ordem de pagamento). Zeinal atribuiu também remuneração adicional a três administradores, sem a luz verde essencial.

2 O que propôs o gestor para encerrar o caso?

No âmbito do processo da CVM, a superintendência de processos sancionadores e a procuradoria federal especializada que existe junto do regulador concluíram que houve violação do dever de diligência e que Zeinal Bava incorreu em desvio de poder. O antigo líder da PT foi intimado, defendeu-se e apresentou um termo de compromisso para encerrar o processo — o mesmo fizeram outros três membros de órgãos da Oi. Propôs pagar à CVM um total de 300 mil reais, €77 mil ao câmbio atual. A maior parte, 275 mil reais, devia-se à aprovação do pagamento do bónus a três administradores bem como o próprio recebimento sem as devidas autorizações; 25 mil reais por não ter convocado o conselho fiscal.

3 Quais as razões para o acordo ser rejeitado?

A procuradoria federal especializada viu obstáculos à celebração de um compromisso com Bava. E essa foi também a opinião do comité do termo de compromisso, órgão que analisa as propostas dos visados em processos da CVM. O comité avançou quatro razões para a rejeição. Desde logo devido à "gravidade, em tese, das condutas apontadas". Além disso, o processo teria de continuar, já que, "dos 20 responsabilizados, apenas quatro apresentaram proposta para celebração de compromisso": ou seja, o "grau de economia processual" seria limitado. A procuradoria também tinha visto um "óbice jurídico" à celebração do acordo — tendo em conta que o bónus tinha sido de 40 milhões de reais e a proposta era do pagamento de 300 mil reais —, que o comité também sublinha. E Zeinal Bava está também envolvido noutros processos.

4 Que outras investigações existem?

A CVM iniciou um outro processo a Zeinal Bava por, em 2014, ter feito declarações sobre o aumento de capital da Oi, quando estava proibido de fazê-lo pelas regras de mercado. Houve mesmo, em 2017, já uma sanção, de 200 mil reais, ou €44 mil. O regulador brasileiro averigua também a "violação de deveres fiduciários relacionados à reestruturação societária da Oi", no final de 2013. Está na fase de apresentação de defesas, aguardando o regulador brasileiro a apresentação de propostas de compromisso. Em Portugal, Zeinal Bava está acusado já na Operação Marquês por crimes de corrupção, branqueamento de capitais e fraude fiscal, por ter alegadamente recebido mais de €25 milhões do Grupo Espírito Santo. O "Jornal de Notícias" também avançou que os seus fluxos financeiros na Suíça estão a ser investigados.